

**ILMO. SR. PRESIDENTE DA FEAM – FUNDAÇÃO ESTADUAL DO
MEIO AMBIENTE**

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Processo: 00055/1988/001/2006
Documento: F007033/2007



Pág.: 000

REF.: OF/COPAM/FEAM/DIRFIM/Nº 111/2006

INDUSTRIAL SALES e KADDOURA LTDA., nos autos do Processo Administrativo nº 055/1988/001/2005, em tramitação perante esse r. órgão, vem, por seus procuradores "in fine" assinados, nos termos da legislação ambiental em vigor e usando da prerrogativa legal que permite o pedido de reconsideração da penalidade aplicada pela Câmara Especializada, expor e requerer a V.Sas. o seguinte:

I – Em 29 de julho de 2005, a representante legal desse órgão, efetuou vistoria nas instalações da ora requerente, tendo a mesma, segundo relatado no auto de vistoria de nº 013225, constatado que as atividades da empresa foram iniciadas no ano de 1985, no ramo de confecção, com exploração pela própria autuada e por terceiros que locavam parte do imóvel de sua propriedade.

II – Segundo a funcionária responsável pela vistoria, havia por parte da requerente infração à legislação ambiental, alertando ainda, que deveria haver licença desse órgão para desenvolvimento das atividades previstas em seu Contrato Social.

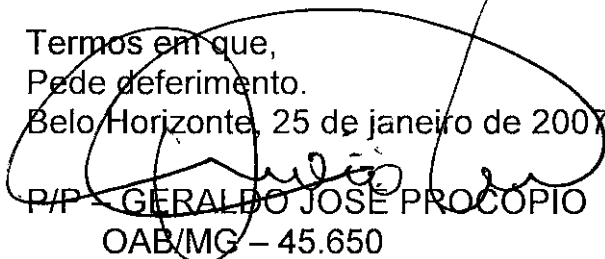
III – Ao receber o auto de infração de nº 3104/2005, datado de 02 de agosto do mesmo ano, a ora requerente, que já se encontrava em situação pré-falimentar, e ante a impossibilidade de investimentos para atendimento ao necessário licenciamento, paralisou de imediato a sua produção, tendo, inclusive, no final do ano de 2005,

conforme declaração firmada nesse sentido, feito encerrar definitivamente suas atividades no final do mesmo ano de 2005. 10

Desse modo, a requerente não buscou o licenciamento junto a esse órgão, não por desídia ou desrespeito à Lei, mas porque, como já afirmado, devido à suspensão de suas atividades em agosto de 2005 e encerramento das mesmas em dezembro do mesmo ano, não mais se fazia necessário.

Ante o exposto, requer a autuada se dignem V.Sas de receber a presente justificativa para reconsiderar a penalidade aplicada pela câmara especializada, tornando insubsistente o auto de infração de nº 3104/2005, e inexigível a multa no valor de R\$ 23.603,56 (vinte e três mil, seiscentos e três reais e cinquenta e seis centavos), por ser de direito.

Termos em que,
Pede deferimento.
Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2007.


P/P – GERALDO JOSÉ PROCÓPIO
OAB/MG – 45.650

P/P – FABIANO PROCÓPIO DE FREITAS
OAB/MG – 78.298


P/P – FERNANDO BATISTA PROCÓPIO
OAB/MG – 98.997